

## **Tirem as crianças do sofá! Ressonâncias biopolíticas em discursos sobre o sedentarismo infantil**

**Get the children off the sofa! Biopolitics resonances in discourses about the infant sedentarism**

Francisco Vieira da Silva<sup>1</sup>

**Resumo:** Este texto tem como objetivo investigar discursos acerca do sedentarismo infantil, visando analisar o funcionamento de estratégias biopolíticas que constroem um saber sobre a criança sedentária e intervêm sobre corpo infantil, de maneira a controlá-lo e inseri-lo no raio de atuação de um poder que se volta para a regulação da vida. Para tanto, partimos das teorizações de Michel Foucault acerca do biopoder e da biopolítica, bem como do discurso, do enunciado e da formação discursiva. Do ponto de vista metodológico, trata-se de um estudo descritivo-interpretativo, de abordagem qualitativa. O *corpus* de análise compõe-se de três materialidades discursivas que circularam nas mídias digitais. As análises denotam que os discursos acerca do sedentarismo infantil fazem funcionar estratégias biopolíticas, pois, ao patologizarem o sedentarismo, concebem a prática da atividade física como uma condição essencial para a inserção da criança na ordem do discurso da saúde e do bem-estar.

**Palavras-chave:** Biopolítica. Discurso. Sedentarismo Infantil.

**Abstract:** This text aims to investigate discourses about the infant sedentarism, in order to analyze the functioning of biopolitic strategies which construct knowledge about the sedentary children and intervene in the infant body, in a way that controls and inserts him in the range of actuation of a power that is turned to the regulation of life. For this, we start from the theorizations of Michel Foucault about the biopower and the biopolitics, as well as the discourse, the utterance and the discursive formation. From the methodological point of view, it is a descriptive-interpretative study, with a qualitative approach. The corpus of analysis is composed by three discursive materialities that circulate in digital media. The analyses denote that the discourses about the infant sedentarism that make to function biopolitic strategies, because, when they pathologize the sedentarism, they conceive the practice of physical activity as an essential condition to the insertion of the children in the discourse order of health and well-being.

**Keywords:** Biopolitics. Discourse. Infant Sedentarism.

---

<sup>1</sup> Universidade Federal Rural do Semi-Árido, Programa de Pós-Graduação em Ensino; Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Caraúbas, RN, Brasil. Endereço eletrônico: [francisco.vieiras@ufersa.edu.br](mailto:francisco.vieiras@ufersa.edu.br).

## Comentários iniciais

Conforme dados da pesquisa IKS (*The Infant and Kids Study*), realizada pela Nestlé em parceria com o IBOPE, cerca de 45% das crianças, na faixa de 10 a 12 anos, são sedentárias. O estudo também evidenciou que 75% das crianças de 7 a 12 anos passam quatro horas ou mais em frente à televisão ou computador (NESTLÉ, 2017), de maneira a esboçar que a questão do sedentarismo infantil parece estar intimamente relacionada à inserção precoce das crianças no âmbito das tecnologias digitais. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), a condição de sedentário é atingida quando não se pratica semanalmente pelo menos 150 minutos de atividade física em grau moderado a intenso ou 75 minutos de esforço físico forte (AGÊNCIA BRASIL, 2018). Já para os adolescentes, segundo o *Global Action Plan on Physical Activity (2018-2030)*, a recomendação é de 60 minutos de atividade física moderada a intensa diariamente. Ainda consoante a OMS, o sedentarismo não atinge somente as crianças, mas estas seguem uma tendência bastante visível na população adolescente e adulta.

Nesse sentido, a citada organização, num estudo publicado na revista *Lancet*, aponta que a América Latina representa a região do planeta com o maior índice de sedentários. O Brasil lidera o *ranking* com 47% da população que não pratica atividades físicas suficientes para manter-se saudável, em consonância com as recomendações da OMS. Nesses termos, um em cada quatro adulto é considerado sedentário. Ademais, dados provenientes de uma pesquisa realizada pelo Diagnóstico do Esporte no Brasil (Diesporte), em 2013, sinalizam que 45,9 dos brasileiros são sedentários (DIESPORTE, 2013). Para modificar esse quadro, a OMS propõe que os países-membros se comprometam a reduzir o sedentarismo em 10% até 2025 e em 15% até 2030 (G1, 2018).

Além disso, diversas ações institucionais propugnam a necessidade de a população praticar atividades físicas e sair da condição de sedentário. Dentre tais ações, podemos citar o Agita São Paulo, programa lançado em 1996, cujo objetivo reside em “combater o sedentarismo no Estado de São Paulo promovendo o nível de atividade física e os conhecimentos de um estilo de vida ativa” (PORTAL AGITA, s.d.; s.p). Ações semelhantes são desenvolvidas a partir do que postula a Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS), quando ratifica a importância da atividade física como um dos eixos no qual se deve intervir junto aos programas de saúde da família realizados na rede básica do Sistema Único de Saúde (SUS). Podemos citar ainda a criação de um prêmio, intitulado Mais Movimento e criado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), com vistas a reconhecer três iniciativas exitosas de combate ao sedentarismo no Brasil (O GLOBO, 2016). Seguindo a rota

dessas políticas, temos o Dia Nacional de Combate ao Sedentarismo, comemorado no dia 10 de março, o qual apregoa a prática da atividade física como uma condição essencial para uma vida saudável.

Situamos a presente investigação acerca do sedentarismo infantil a partir do arcabouço teórico dos estudos discursivos foucaultianos, o que redundará em considerar a constituição do sujeito através das relações de saber-poder e da produção de verdades. De maneira mais verticalizada, esse aparato teórico permite-nos pensar as ações de combate ao sedentarismo infantil enquanto estratégias biopolíticas que visam a garantir a saúde e o bem-estar das crianças. As reflexões em torno do biopoder e da biopolítica aparecem, inicialmente, no último capítulo da História da Sexualidade (v.1) e seguidamente nos cursos ministrados pelo teórico francês no Collège de France, nos anos de 1970, tais como *Em defesa da sociedade*, *Segurança Território e População* e *O nascimento da biopolítica*.

Em termos bastante sintéticos, podemos conceituar o biopoder como uma modificação na mecânica do poder que não mais se volta a matar, como no poder soberano, cuja atribuição competia ao rei na matança dos súditos, mas de assegurar a vida do corpo populacional. Trata-se de uma forma de poder que se corporifica em estratégias racionais de gestão da vida, as biopolíticas, as quais, numa relação de contiguidade com o poder disciplinar, controlam o corpo populacional de maneira a transpassar a mecânica do ser vivo, administrando, por exemplo, as taxas de natalidade, de fecundidade, o nível da saúde, a duração da vida e a longevidade (FOUCAULT, 2007). No alvorecer do século XIX, a partir da racionalidade liberal, fortalece-se, com a emergência do biopoder, o direito de “fazer viver” e não mais “fazer morrer”, consoante era preconizado pelo poder soberano, especialmente na prática do suplício como um ritual político-jurídico (CALOMENI, 2018).

Casando as teorizações acerca do biopoder e da biopolítica em Foucault (2005; 2007) com o surgimento do sedentarismo como um problema contemporâneo de saúde pública, este texto tem como objetivo investigar discursos acerca do sedentarismo infantil em materialidades disponíveis nas mídias digitais, visando analisar o funcionamento de estratégias biopolíticas que constroem um saber sobre a criança sedentária e intervêm sobre corpo infantil, de maneira a controlá-lo e inseri-lo na ordem do discurso da saúde e do bem-estar.

Neste estudo descritivo-interpretativo de natureza qualitativa, temos como *corpus* de análise as seguintes materialidades: i) uma matéria veiculada no site *Obesidade Infantil Não intitulado Vida além das telas* (2018); ii) uma matéria publicada no site *A revista da mulher* cujo título é *Entenda os riscos e saiba como evitar o sedentarismo infantil* (2017); um artigo

que circulou no *site* do *Globo Esporte* e tem como título *Seu filho é sedentário? A culpa é sua!* (2017). Na seleção do *corpus*, seguimos os seguintes critérios: i) deveriam estar vinculadas a gêneros discursivos distintos ii) as materialidades deveriam colocar em evidência posições discursivas acerca do sedentarismo infantil, ancoradas em relações de saber-poder.

No que tange à organização do texto, convém explicitar que se encontra formado da seguinte maneira. Na seção a seguir, expomos alguns conceitos de Foucault, a serem demandados para a análise, tais como: discurso, enunciado, formação discursiva, poder, biopoder e biopolítica. Posteriormente, examinamos as materialidades selecionadas com base no recorte das teorizações foucaultianas. Por fim, a seção final volta-se para algumas considerações com pretensões conclusivas ao que foi discutido no presente texto.

### **Recortando alguns conceitos foucaultianos**

Foucault se autoproclamava como um *diagnosticador do presente*. Ao assumir tal postura, o filósofo francês assumiu um compromisso crítico acerca do presente e se preocupou em detalhar as práticas e os discursos que o constituem, não com o intento de descortinar uma verdade oculta, mas de fazer aparecer o que está perto, o que está tão ligado a nós que não nos damos conta (FOUCAULT, 2008a). Conforme Artières (2004, p. 16): “Foucault identificou os movimentos e as forças que não conhecemos e, que não obstante, atravessam nosso presente”. Com base nestas ponderações, Foucault advoga em favor de pensar o presente por meio de uma análise de nós mesmos como seres históricos através das mais variadas formas de racionalidade. O autor francês vai chamar essa análise de uma ontologia crítica de nós mesmos.

Tal ontologia sistematiza-se por meio de relações em três domínios que se interpenetram: “o das relações do domínio sobre as coisas, o das relações do domínio de ação sobre os outros, o das relações consigo mesmo” (FOUCAULT, 2008a, p. 350). Em síntese, trata-se dos três eixos sobre os quais se apoia o pensamento foucaultiano: o saber, o poder e a ética. Essa ontologia, conforme Foucault (2008a), não se constitui numa doutrina, numa teoria, mas numa unidade, uma via filosófica em que a crítica do que somos coaduna com a crítica dos limites que nos são colocados para pensarmos o que pensamos num enquadre temporal específico.

Os três eixos de que falamos há pouco esquadriham a obra foucaultiana na arqueologia, na genealogia e na ética e estética da existência. Na arqueologia, o autor buscou escandir os mecanismos que constroem o homem como um objeto de saber; na genealogia, tem-se o exame das diferentes práticas e poderes que controlam e governam o sujeito,

enquanto a ética e a estética da existência ocupa-se em discutir os modos por meio dos quais os sujeitos se relacionam consigo mesmo, num trabalho que envolve determinadas técnicas de si. Embora essas fases não sejam estanques, há de se levar em conta que certos temas prevalecem em dados momentos da obra foucaultiana, de maneira a singularizá-los. Para este trabalho, discutiremos alguns conceitos mais característicos da arqueologia do saber e da genealogia do poder.

Ao propor uma arqueologia do saber, isto é, ao procurar escavar, tal qual o trabalho do arqueólogo no sentido estrito, as diversas camadas que formam os saberes, com vistas a esboçar as condições históricas de possibilidade do saber, Foucault (2010) defende que esse método de análise diferencia-se da história das ideias, pois esta se baseia nas concepções de tradição, de continuidade, de causalidade, de origem e de teleologia. Nas palavras de Foucault (2010, p. 6): “a história, pura e simplesmente, parece apagar, em benefício de estruturas fixas, a irrupção dos acontecimentos”.

O autor conceitua discurso como uma prática que constrói os objetos de que fala e que se forma a partir de enunciados que advêm de uma mesma formação discursiva. Essa última é entendida como aquilo que faz emergir sistemas de dispersão e regularidades entre os objetos, os conceitos, os tipos de enunciação e as escolhas temáticas que margeiam os discursos.

Quanto à noção de enunciado, o autor a designa como sendo o átomo do discurso, a unidade nuclear pertencente ao signo. Diferencia-se da frase, porque não está submetido a uma estrutura canônica, distingue-se do ato de fala na medida em que não revela as intenções de um sujeito falante e diverge da proposição, ao não se pautar no binômio verdadeiro/falso. Constitui, pois, uma função que amalgama as seguintes condições: i) possui um referencial – compreendido não como as coisas, seres ou fatos, mas como as leis de possibilidade do enunciado; ii) apresenta uma posição de sujeito – “descrever uma formulação enquanto enunciado não consiste em analisar as relações entre o autor e aquilo que ele disse [...], mas em determinar qual a posição que pode e deve ocupar todo e qualquer indivíduo para ser seu sujeito” (FOUCAULT, 2010, p. 108); iii) engloba um domínio associado – refere-se a enunciados prévios ou posteriores com os quais o enunciado se relaciona através de uma série; iv) ter uma existência material e repetível – não é possível falar do enunciado sem uma superfície, uma espessura e/ou uma substância material que o comporta e o faz circular.

No processo da análise do enunciado, Foucault (2010) postula alguns princípios, a saber: i) princípio da rarefação – nem tudo pode ser dito e aquilo que emerge num dado enquadre enunciativo é considerado raro; ii) princípio da exterioridade – o enunciado deve ser analisado no âmbito das coisas ditas, na singularidade do acontecimento de sua irrupção, pois

a análise só “pode ser referir a coisas ditas, a frases que foram realmente pronunciadas ou escritas, a elementos significantes que foram traçados ou articulados” (FOUCAULT, 2010, p. 124); iii) princípio do acúmulo – observar como os enunciados podem ser retomados, preservados ou esquecidos e investidos em técnicas que derivam relações sociais ao longo do tempo; iv) princípio da positividade – refere-se às propriedades do enunciado no decurso do tempo e sintetiza os princípios já citados.

Ao descrever as formações discursivas, Foucault (2010) menciona a formação de unidades que se distribuem em quatro categorias, as quais irão evidenciar o que o autor entende por “regra de formação” dos enunciados, são elas: formação dos objetos, formação dos conceitos, formação das modalidades enunciativas e formação das estratégias. Neste estudo, em virtude das peculiaridades do objeto de análise e do objetivo traçado, limitemo-nos à formação dos objetos e das modalidades enunciativas. No que toca à formação dos objetos, Foucault (2010) pontua a necessidade de se focar como os objetos de discurso podem se formar, ou seja, que regras permitem o seu aparecimento, qual o regime de existência os norteia, que sistema possibilita a justaposição ou sucessão desses objetos num dado campo enunciativo. Convém destacar, antes de aprofundarmos esse ponto, que o pensador francês estava preocupado em esquadrihar a formação dos objetos no esteio da psicopatologia; contudo, a amplitude das teorizações foucaultianas autoriza-nos pensar na formação de outros objetos para além do que ele havia especificado em seus estudos.

Sendo assim, para detalhar a formação dos objetos, Foucault (2010) enfatiza que é preciso descrever as seguintes categorias: i) superfícies de emergência – “mostrar onde podem surgir, para que possam, em seguida, ser designadas e analisadas” (FOUCAULT, 2010, p. 46); ii) instâncias de delimitação – numa dada sociedade são responsáveis por distinguir, nomear, a instaurar um dado objeto de discurso. Sobre isso, Foucault (2010) frisa que a medicina foi a instância de delimitação que, no século XIX, foi responsável por instaurar a loucura como um objeto, mas não foi a única, dado que a justiça penal, a autoridade religiosa e até mesmo a crítica literária também o fizeram; iii) grades de especificação – sistemas que possibilitam separar, opor, agrupar e classificar objetos de discurso. Nesse ponto, Foucault (2010) relata que foi graças a certas grades de especificação que o objeto loucura foi escandido no escopo do discurso psiquiátrico, tais como: o corpo, a alma, a vida e a história dos indivíduos.

Quanto à formação das modalidades enunciativas, convém focalizar que as teorizações foucaultianas irão concentrar-se na descrição do estatuto do sujeito que enuncia, nos lugares institucionais de onde fala e na heterogeneidade de posições enunciativas que pode ocupar.

Assim, em relação ao *status* do sujeito que fala, Foucault (2010, p. 56) indaga: “Quem, no conjunto de todos os falantes, tem boas razões para ter essa espécie de linguagem? [...] Qual o *status* dos indivíduos que têm [...] o direito regulamentar tradicional definido ou espontaneamente aceito, de proferir tal discurso?”. Em relação aos lugares institucionais de onde o sujeito obtém o seu discurso, Foucault (2010) alude ao exemplo do médico, o qual ancora seu dizer em lugares como o hospital, espaço de observação constante, sistemática e assegurada, o espaço privado do doente, responsável por ofertar um domínio de observação mais lacunar, o campo documentário, correspondente a livros, tratados, relatórios, prontuários, dentre outros, além do laboratório, integrado à prática médica a partir do século XIX “como um local de um discurso que tem as mesmas normas experimentais da física, química ou biologia” (FOUCAULT, 2010, p. 58). Finalmente, a formação das modalidades enunciativas abarca as posições dos sujeitos que enunciam as quais podem se dispersar na descontinuidade dos planos de onde falam. Desse modo, Foucault (2010) entende que o discurso não é a “manifestação, majestosamente desenvolvida, de um sujeito que pensa, que conhece, e o que o diz: é, ao contrário, um conjunto em que podem ser determinadas a dispersão do sujeito e sua descontinuidade em relação a si mesmo”.

As discussões apresentadas anteriormente enxertam-se na fase arqueológica. Na fase genealógica, Foucault (1995) trata, de maneira mais específica, das relações de poder que objetivam os sujeitos, a partir de práticas divisoras, fazendo emergir, por exemplo, categorias como o louco, o são, os criminosos e “os bons meninos”. Ao pensar o poder do ponto de vista da positividade, ou seja, como um mecanismo que incita, investe e controla, o autor distancia-se de uma percepção de poder partilhada pelas abordagens do marxismo, segundo os quais, o poder reprime, anula e domina. De acordo com Foucault (1995), o que define uma relação de poder é um modo de ação que não atua diretamente sobre os outros, mas uma ação que age sobre outras ações. Nessa perspectiva, o poder só atua sobre sujeitos livres, os quais podem resistir a essa mecânica de poder que se espalha de modo capilar por todo o corpo social.

Ainda que a analítica do poder em Foucault não se situe somente a partir da figura do Estado, é relevante considerar que o autor teceu importantes reflexões sobre a atuação do poder por meio das instituições. Nesse viés, Foucault (2007) reconhece mutações indisfarçáveis no modo de atuação do poder sobre a vida em meados do século XVII e XVIII. Para o pensador francês, uma das principais características do poder soberano aloja-se no direito de vida e de morte dos súditos. Assim, o soberano tinha como função tanto incentivar que os súditos tomassem partido num confronto para defender o território, de modo a fazer com que o povo colocasse sob risco a vida, de modo a agir de modo direto sobre a vida dos

súditos, causando a morte de traidores e criminosos. Nas palavras de Foucault (2007, p. 148, grifos do autor), “o direito que é formulado como de ‘vida ou de morte’ é, de fato, o direito de *causar* a morte ou de *deixar viver*”.

Contudo, a partir de meados do século XVII, esse direito de causar a morte foi substituído por um tipo de poder que procura causar a vida e devolver à morte. De acordo com Foucault (2007), é sobre os processos biológicos que esse poder incide, estabelecendo os pontos de fixação, diferentemente do poder soberano que provocava a morte. Tem-se, portanto, uma mecânica de poder que visa a garantir, preservar e regulamentar a vida da população, observando as taxas de natalidade, de mortandade, de expectativa de vida e demais fatores demográficos, bem como assegurar que a população seja produtiva e útil na constituição de uma força de trabalho essencial para a consolidação do capitalismo nos seus alvares.

O poder sobre a vida desenvolve-se, segundo Foucault (2007), em dois polos: o primeiro a ser formado centra-se no corpo como uma máquina, de maneira a adestrá-lo e torná-lo útil para o trabalho por meio de disciplinas que produzem uma anátomo-política do corpo humano; o segundo emerge posteriormente, em meados do século XVIII, “centrou-se no corpo-espécie, no corpo transpassado pela mecânica do ser vivo e como suporte dos processos biológicos” (FOUCAULT, 2007, p. 152). O autor chama esse segundo polo de biopolítica da população e defende que se trata de uma das faces de uma tecnologia de poder cuja função primordial não é mais matar, mas investir sobre a vida tanto do ponto de vista do corpo individual, quanto do corpo-espécie.

Noutros termos, a atuação dessa tecnologia de poder desemboca numa norma que consegue cobrir “toda a superfície que se estende do orgânico ao biológico, do corpo à população, mediante o jogo duplo das tecnologias de disciplina, de uma parte, e das tecnologias de regulamentação, de outra” (FOUCAULT, 1999, p. 302). Com isso, tem-se a entrada dos fenômenos próprios à existência biológica das populações na mira das estratégias de gestão e de governo. Para tanto, é fundamental que esse biológico seja escandido por relações de saber e de poder. Saber que provém da estatística e da demografia, na medida em que se examina de modo particular os índices, taxas e níveis de questões relacionadas à população, bem como a sua distribuição nos espaços e a formação de grupos específicos sobre os quais se lança um olhar mais atento. Pensemos, por exemplo, nos grupos de gestantes, hipertensos, diabéticos e fumantes e em como diversas estratégias biopolíticas os recobrem, com vistas a governá-los. Poder que deriva de múltiplas relações, desde as políticas de saúde



pública, por exemplo, até as microrrelações de poder nas quais o sujeito governa a si mesmo a ao outro, a partir das ressonâncias do biopoder e de um determinado cuidado advindo deste.

Conforme Foucault (2007, p. 156), as tecnologias biopolíticas “vão investir sobre o corpo, a saúde, as maneiras de se alimentar e de morar, as condições de vida, todo o espaço da existência”. Com os avanços cada vez mais visíveis da tecnociência, o biopoder, em conjunção com as biopolíticas, dá a tônica aos regimes de verdade da sociedade contemporânea, na qual o cuidado e a gestão de si tornam-se um imperativo. O investimento das estratégias biopolíticas sobre a produção das subjetividades ancora-se, principalmente, no paradigma da prevenção e na ideia do risco, ou seja, é preciso intervir e agir sobre si antes mesmo da irrupção da doença. Conforme nos lembra Costa (2015, p. 48), “A problematização dos processos de adoecimento passa a ser pautada não mais na identificação dos desvios à norma, mas na identificação das consequências futuras dos modos de vida atuais”.

Nesse ínterim, a atual preocupação com o sedentarismo encontra subsídio num momento histórico no qual ter saúde não significa a ausência de enfermidades. Disso resulta o pavor das chamadas “doenças silenciosas” e a patologização de determinadas práticas e condutas, como fumar, não fazer exercícios físicos, não exceder no consumo de bebidas alcoólicas e de alimentos com alto índice de calorias, dentre outras. Pensando no sedentarismo, compreendemos, na visada de Fraga (2018, p. 20), que se tem “uma posição de sujeito agregada à linhagem de seres degradantes que habitam o contemporâneo”. Ainda segundo esse autor, o sedentário constitui uma resistência à norma de um estilo de vida saudável e ativo e ao caráter compulsório que assinala a ordem do bem-estar e da qualidade de vida intrinsecamente relacionada à prática de exercícios físicos. Trata-se, por fim, de um sujeito caracterizado pela “falha, omissão, desobediência, imperfeição moral, transgressão, pecado cometido por aquele/as que se deixam de ouvir ou de atender os apelos em favor de uma vida ativa” (FRAGA, 2018, p. 20).

Quando se trata do sedentarismo infantil, conforme poderemos observar no tópico a seguir, os dizeres colorem-se com um tom de alarde, tendo em vista que as crianças parecem personificar o imaginário de um futuro que pode ser moldado a partir de intervenções e medidas preventivas encetadas no momento presente. Nessa via, entram em jogo as estratégias biopolíticas que visam, a partir de relações de saber-poder, gerir a população infantil, de modo a incentivar a prática frequente de atividade física e afastar os efeitos indesejáveis do sedentarismo. Interessa-nos refletir, com base em Foucault (2008b), como o sedentarismo constitui-se num problema específico da vida e da população no interior de uma tecnologia de governo.

## O sedentarismo infantil como alvo de estratégias biopolíticas

Começamos a análise pela matéria publicada no *site Obesidade Infantil não*, contudo necessário se faz radiografar a função do *site* e o lugar de onde enuncia. Trata-se de um projeto de conscientização social levado a cabo pela Amil, empresa de assistência médica, cujo objetivo central reside em combater o avanço da obesidade entre as crianças, a partir de uma série de campanhas, orientações e dicas relacionadas à alimentação infantil, à vacinação, ao aleitamento materno e a uma miríade de informações relacionadas à saúde da criança e aos cuidados para evitar o aparecimento da obesidade.

A materialidade sobre a qual lançaremos o olhar analítico insere-se nessa ação de cunho biopolítico, tendo em vista a necessidade de intervir sobre a vida das crianças, e aglutina, a um só tempo, a presença iminente da obesidade infantil, a conexão excessiva da criança às tecnologias digitais e o inerente perigo do sedentarismo. A problemática da hiperconexão é o corolário de uma sociedade marcada pelo apego desmesurado às telas e, por conseguinte, pela dificuldade em desligar-se e desconectar-se. Nas palavras de Crary (2016, p. 68): “Graças à infinidade de conteúdo acessível 24/7, sempre haverá algo *on-line* mais informativo, surpreendente, engraçado, divertido, impressionante do que qualquer outra coisa nas circunstâncias reais imediatas”. Pensando especificamente acerca da criança hiperconectada, vale frisar que esta já nasce no interior de uma formação social umbilicalmente atrelada ao digital. Desde a mais tenra idade, o público infantil é exposto à parafernália eletrônica e não é demasiado realçar que as tecnologias digitais ocupam uma posição preponderante na vida das crianças, a ponto de substituir radicalmente diversões, brincadeiras e maneiras de entretenimento infantil de outrora.

Os efeitos dessa exposição podem estar relacionados ao avanço cada vez mais tenaz da obesidade entre as crianças, em confluência com uma alimentação pouco saudável, conforme os saberes nutricionais, e a distância maior da criança da prática de exercícios físicos, consoante explicitam os dados estatísticos dispostos na seção introdutória deste texto. A tríade hiperconexão-sedentarismo-obesidade infantil alicerça a irrupção da materialidade discursiva presente no *site Obesidade Infantil não*, a começar pelo próprio título. Ao sugerir que existe “vida além das telas”, a posição que enuncia acaba por demonstrar a necessidade de a criança deparar-se com outras experiências fora dos aparelhos digitais. O termo “além de/as” produz um efeito de ultrapassar limites, de sair do habitual e arriscar-se rumo ao novo, também presente em construções já gastas como “além do horizonte”, “pensar além/fora da caixa”, dentre outras. É exatamente sobre essa tônica que a materialidade discursiva irá se ancorar, ao

elencar uma série de atividades com as quais as crianças podem se envolver sem estarem conectadas aos aparelhos eletrônicos.

Do ponto de vista da constituição composicional, ou, em termos foucaultianos, da materialidade repetível, vale considerar que a discursividade em análise é formada por treze quadrados ilustrados que se organizam, tal como um tabuleiro de xadrez, de modo a compor *hiperlinks* que nos levam a outras materialidades, como infográficos, esquemas, imagens ou vídeos sobre o tema tratado. Tais temas são intitulados do seguinte modo: *Brincar é coisa séria; Nem tudo são flores; A lancheira perfeita; Como de forma saudável e seja um exemplo para seus filhos; A importância do café da manhã; Xô, preguiça! Conheça as PANCs; Vamos brincar? Organização e limpeza; Como escolher uma atividade física para meu filho praticar?; Aprenda a lidar com as frustrações e com o inesperado; Negocie o tempo da tela; Invista em esportes coletivos*<sup>2</sup>.

Dentre os *hiperlinks* disponibilizados, clicamos no que se denomina *Vamos brincar?* e nos deparamos com os seguintes dizeres: “Volte no tempo com brincadeiras que marcaram gerações. Nada como reunir os amigos de muita diversão e, de quebra, ainda cuidar da saúde. Relembre algumas atividades e coloque-as em prática com as crianças”. Em seguida, podemos observar algumas imagens ilustrativas de brincadeiras infantis que, conforme a posição do sujeito enunciador, seriam desconhecidas por parte das crianças, dado o papel central que as tecnologias digitais ocupam no esteio das diversões infantis. Sob essa lógica, tem-se a descrição minuciosa das brincadeiras que, não por acaso, constituem-se em atividades físicas, como pular e correr, por meio das quais as crianças poderão deixar o estado de sedentário e tornarem-se ativas de modo lúdico e prazeroso.

No tocante a tais brincadeiras, podemos frisar a definição do pique-pega (ou pega-pega) – “Escolha uma criança para ser o pegador. Ela corre atrás das outras e quem for pego será o pegador da vez”; pular corda – “duas crianças seguram, cada uma, a ponta da corda e batem em círculo e de forma ritmada enquanto o terceiro integrante pula”. Nesses enunciados, notamos a existência de uma posição de sujeito que explica o funcionamento das brincadeiras a serem praticadas pelas crianças, instruindo-as quanto às ações e aos códigos que devem executados e seguidos para a consecução desse tipo de entretenimento. Para além dessa posição que instrui, notamos, na materialidade em análise, uma dispersão dessa posição, a partir do momento em que orienta em relação aos cuidados a serem tomados no exercício de tais brincadeiras, a partir de um discurso que se alinha às estratégias biopolíticas de promoção

---

<sup>2</sup> Para esta análise, centramos o foco sobre os temas *Vamos brincar?* e *Como escolher uma atividade física para meu filho praticar?*

do bem-estar da saúde e ressignifica a prática do brincar, que, num domínio associado, não é mais entendida como um ato desprezioso e cândido, senão como algo calculado e administrável.

A materialidade denomina esses cuidados de dicas de segurança e as elenca: “as crianças devem brincar sob a supervisão de um adulto”, “não exponha as crianças sem o protetor solar”, “evite locais propensos a acidentes: com pedras, metal enferrujado e/ou sujo”, “certifique-se de levar água durante as brincadeiras”. As estratégias biopolíticas, portanto, agem no sentido de garantir a segurança das crianças durante as brincadeiras de modo a vigiar essa diversão e de tomar precauções quanto ao ambiente em que se brinca e em relação à saúde da criança do ponto de vista da exposição solar e da hidratação. Em suma, não basta apenas sair do lugar do sedentarismo, materializado no uso desregrado dos aparelhos digitais, mas ao fazê-lo tomar medidas protetivas as quais intencionam assegurar o bem-estar e a qualidade de vida da criança no decorrer das atividades físicas corporificadas nas brincadeiras.

Ainda em relação à materialidade em estudo, é pertinente destacar que ao clicarmos no quadrado intitulado “Como escolher um esporte para meu filho praticar?”, um *hiperlink* nos leva a um vídeo com um minuto de duração no qual o professor de Educação Física Márcio Atalla explica quais atividades físicas são mais adequadas para as crianças nas mais diversas fases do desenvolvimento infantil. O profissional assinala, num tom bastante didático, que “na verdade eles [os pais] devem apresentar as possibilidades para que a criança escolha a que mais gosta, que tem mais aptidão e se sente mais feliz em praticar” (ATALLA, 2018, s.p.). A fala do professor, nesse caso, alinha-se à formação das modalidades enunciativas (FOUCAULT, 2010), uma vez que se apresenta uma posição autorizada a construir verdades sobre o tema em questão, pautada num saber segundo o qual a criança precisa ter a liberdade de selecionar que a atividade física deseja praticar. Todavia, o mesmo profissional irá recomendar que “de fato, a primeira atividade que os pequenos, muitas vezes costumam fazer, é a natação, é importante até por uma questão de sobrevivência que as crianças saibam nadar” (ATALLA, 2018, s.p.). Em seguida, o educador físico reitera que as opções de atividades físicas ampliam-se à medida que a criança se desenvolve, podendo abranger o judô, o futebol, a dança, dentre outras.

O discurso de Atalla endereça-se aos pais que necessitam imbuir-se de um saber responsável por fazer com que os pais saibam qual a atividade física mais viável para seus filhos. Isso ocorre pelo efeito gerado a partir do título da materialidade (“um esporte para o meu filho praticar?”), a pergunta que se supõe ser uma dúvida dos pais e o emprego do

“meu”, de maneira a inserir o pai como partícipe na produção desse dizer. A partir das relações de poder que os pais exercem sobre as ações dos filhos, podemos radiografar o funcionamento de uma mecânica biopolítica que racionaliza e administra o corpo da população infantil. De acordo com Foucault (2005, p. 292-29): “a biopolítica lida com a população, e a população como problema político, como problema a um só tempo científico e político, como problema biológico e como problema de poder”.

A segunda materialidade que compõem o *corpus* deste escrito circulou no *site* A revista da mulher. A matéria em foco emprega um tom didático para explicar às potenciais leitoras, haja vista a constituição de um possível público feminino ao qual o *site* se destina, a ameaça do sedentarismo para a saúde das crianças, as causas do problema e os modos de combatê-lo, conforme se pode constatar nos excertos a seguir:

Entenda os riscos e saiba como evitar o sedentarismo infantil

Crianças que não praticam atividades físicas podem tornar-se adultos com problemas de saúde. Para prevenir, pais devem orientar hábitos dos filhos

O sedentarismo infantil costuma ser a causa de sérios danos à saúde, que podem se refletir na vida adulta. Os dados sobre obesidade infantil são alarmantes. Um estudo apresentado no 5º Congresso Internacional de Atividade Física e Saúde Pública, em 2015, mostrou que, em média, 39% das crianças estão acima do peso no mundo inteiro. Um alerta para os pais e familiares. De acordo com informações da Organização Mundial da Saúde (OMS), já é considerada sedentária uma criança na faixa etária entre 6 e 17 anos que pratique menos de 300 minutos de atividade física semanalmente. Ou seja, o equivalente a uma hora por dia de exercícios, cinco dias por semana.

Causas do sedentarismo infantil

Ao se deparar com este quadro, logo vem à mente a seguinte questão: o que leva uma criança a não mais brincar em movimento? Principalmente para as gerações anteriores, que não contavam com muitos concorrentes às brincadeiras antigas no quintal ou nas ruas, parece não fazer muito sentido.

Mas as repostas (sic) não dependem de nenhum tratado científico e estão bem mais perto do que se acredita. Entre as causas do sedentarismo infantil encontram-se:

- o (mau) exemplo dos pais que também não fazem atividade física;
- a falta de incentivo da família, responsáveis e até de professores na escola;
- os avanços tecnológicos e a comodidade dos brinquedos eletrônicos. (RESENDE, 2017, s.p.)

Quando pensamos no sedentarismo enquanto um objeto de discurso, somos levados a considerar, na esteira das reflexões foucaultianas, que os objetos são engendrados a partir de instâncias de delimitação. No caso da materialidade em estudo, tais instâncias recobrem o estudo referido responsável por apontar o percentual de crianças acima do peso e a aferição do sedentarismo por parte da OMS, de maneira a associar, assim como na materialidade anterior,

obesidade ao sedentarismo. Essas instâncias são responsáveis por credibilizar a matéria jornalística, dado que as estatísticas e à remissão ao saber científico atestam a veracidade do dito. A posição de sujeito, ao esclarecer o que constitui o sedentarismo, sinaliza para a função que os pais devem exercer na erradicação do problema (“pais devem orientar hábitos dos filhos).

Uma vez que o sedentarismo constitui uma patologia (“crianças que não praticam atividade física podem tornar-se adultos com problemas de saúde”), urge intervir o quanto antes na transformação desse estado de coisas. Para tanto, a posição que enuncia na materialidade discursiva pontua as causas do sedentarismo, interrogando especialmente sobre a mudança das brincadeiras das crianças, as quais passaram da postura ativa em brincadeiras que mobilizam o movimento corporal para o comportamento estático relativo ao uso das tecnologias digitais (“brincadeiras antigas no quintal ou nas ruas, parece não fazer mais sentido”). Em seguida, o sujeito enunciatador advoga que as causas do sedentarismo infantil relacionam-se, não apenas ao apego exacerbado às telas, como à ausência das atividades físicas por parte dos pais (“mau exemplo”), em conjunção com a inexistência de estímulo por parte da família, responsáveis ou professores. O sedentarismo infantil encontra eco, portanto, na falta de um governo efetivo das condutas e comportamentos das crianças. Por isso, há necessidade de normalizar não apenas o corpo dos infantes, enxertando-o no âmbito de uma vida ativa, mas também o corpo dos adultos os quais exercem uma relação de poder sobre as ações das crianças, a partir de seletivas estratégias de normalização e de gestão da vida (CALOMENI, 2018).

O controle do corpo infantil, conforme prossegue a posição que enuncia na matéria, pauta-se numa intrincada rede de saber-poder, corporificada por meio de “dicas de como prevenir o sedentarismo infantil”. Tal rede defende da implementação de atividades físicas para as crianças, por meio de sensíveis modificações nos hábitos dos pais e dos filhos, quais sejam: “1. Seja o exemplo: faça dos seus hábitos pessoais o que você quer seus filhos sigam” (RESENDE, 2017, s.p.); “2. Não brigue, nem obrigue, apenas convença. Não adianta tentar forçar a barra, pois poderá gerar uma aversão às atividades físicas nas crianças” (RESENDE, 2017, s.p.). Nessas duas dicas, realçam-se os modos por meio dos quais os pais devem agir para impulsionar os filhos a praticarem algum tipo de exercício físico e/ou esporte. É possível depreender que subsiste um controle sobre o corpo e as ações dos próprios pais no governo dos filhos, na medida em que, segundo o sujeito enunciatador, estes se espelham naqueles, o que faz com que os pais governem a si mesmos para, com isso, governar seus descendentes.

Esse governo supõe que os pais não sejam sedentários, pois, assim, irão “transmitir” esse comportamento danoso para as crianças. Devem, ao contrário, conceber a atividade física como um valor inalienável e defendê-la de maneira sutil e sem autoritarismos, de maneira a motivar os filhos a ingressarem desde cedo na lógica da vida ativa. O apelo ao exercício físico e a recusa ao sedentarismo ilustram o funcionamento de estratégias biopolíticas que buscam gerir a vida do sujeito em várias fases, das crianças à terceira idade, tornando o exercício físico como uma condição compulsória e inadiável. Conforme Ferreira, Castiel e Cardoso (2017, p. 27): “Trata-se de um discurso que sustenta uma paranoia antissedentarista que [...] trata a atividade física como um remédio, inserindo-a numa lógica pragmatista e destituindo-lhe seu caráter hedonista”.

As dicas de prevenção ao sedentarismo, inscritas na materialidade em análise, prosseguem nos seguintes moldes: “3. Leve as crianças para passear ao ar livre. Faça com que elas sintam prazer com correr por espaços abertos e seguros como parques, por exemplo” (RESENDE, 2017, s.p.); “5. Imponha limites. Não deixe que seus filhos definam o período pelo qual estarão diante da TV ou de outras tecnologias (*smartphones, tablets, etc.*), pois os atrativos desses equipamentos são enormes e isso levará ao sedentarismo” (RESENDE, 2017, s.p.); “6. Pense na possibilidade de iniciação esportiva. Aulas de natação, escolinha de futebol ou qualquer outra atividade ligada ao esporte” (RESENDE, 2017, s.p.). Figuram-se nesses excertos a ênfase no incentivo à prática do esporte e dos exercícios em espaços ao ar livre, de modo a fazer com que as crianças se desapeguem da parafernália digital, potencializadora do sedentarismo, consoante frisa a posição do sujeito enunciador. Vale destacar ainda o efeito gerado pelas formas verbais empregadas no modo imperativo na materialidade repetível do enunciado, as quais elucidam um conselho, uma instrução a ser seguida no processo de pedagogização dos corpos infantis. No limite, tais orientações fazem funcionar certas estratégias de controle do corpo e da subjetividade das crianças, mediante a intervenção dos pais, agentes locais de atuação das biopolíticas.

A última materialidade a ser analisada constitui um artigo que circulou no *site* do Globo Esporte escrito pelo *personal trainer* Cris Parente. A materialidade foi publicada numa seção do *site* denominada de *Eu atleta*, cuja tônica reside justamente na produção de dizeres relacionados ao incentivo a atividades físicas, num espírito segundo o qual todos podem ser atletas. O título da materialidade, *Seu filho é sedentário? A culpa é sua!*, eleva ao paroxismo o efeito de culpabilização dos pais sobre a ausência de atividades físicas nos filhos. Esse efeito já foi sutilmente apontado pelas materialidades analisadas anteriormente, mas agora adquire um *status* de urgência e alarde, em função do tom acusatório e sensacionalista do sujeito

enunciador. Esse tom irá diluir-se no decorrer do texto, a partir da dispersão da posição do sujeito enunciador, entremeada em passagens que explicam, definem e orientam.

No início da materialidade, a posição que enuncia realça: “Uma vida ativa e saudável é desejada como o ideal, mas para muitos como um objetivo difícil de ser alcançado” (PARENTE, 2017, s.p.). A aproximação entre os termos ativa e saudável, no campo da forma, reflete sobremaneira no campo do sentido, haja vista que a consecução de uma vida saudável associa-se necessariamente a uma vida ativa, o que mais uma vez insere o sedentarismo no cerne da doença e da anormalidade. Os diversos saberes das ciências da saúde enxertam a atividade física como uma exigência a ser alcançada para se obter o selo de vida saudável. Daí a menção ao “desejo”, a “um objetivo difícil de ser alcançado”, pois se trata de uma aspiração e como tal presente no território do ideal, de uma quase utopia a que praticamente todos querem aceder. Em seguida, o artigo frisa: “A rotina de trabalho e de vida, o custo, a falta de hábito são algumas das desculpas que os adultos buscam para minimizar a culpa por não colocar o exercício na rotina” (PARENTE, 2017, s.p.). A posição que enuncia reconhece as justificativas mormente empregadas para se defender acerca da falta de atividade física como “desculpas” que visam a atenuar a ausência de responsabilidades na constituição de uma vida ativa.

O sentimento de culpa é corolário da atuação de técnicas de poder que concebem o sujeito como o único responsável na promoção do cuidado consigo mesmo. A concepção de que o sujeito é um “empresário de si” atribui somente a este o fracasso ou o êxito no processo de governar a si mesmo. No caso dos pais, esse malogro ou progresso é transferido automaticamente aos filhos; por isso, a posição do sujeito enunciador do artigo articula o sedentarismo das crianças à falta de exercícios físicos dos adultos. Essa posição continua apontando: “Uma tarefa especialmente difícil para aqueles que não vêm de famílias ativas, cujos pais negligenciaram a necessidade dos filhos de se movimentarem e comerem de maneira saudável desde os primeiros anos de vida” (PARENTE, 2017, s.p.). Conforme se pode observar, no exercício da função enunciativa, tem-se a defesa de que pais sedentários dificultam a existência de crianças fisicamente ativas, na medida em que aqueles, ao não estarem inseridos na lógica da boa forma, têm dificuldade de incutir o estilo *fitness* nos filhos. Ainda se pode notar um discurso que constrói o esporte a atividade física a partir de um ideal de libertação, daí a função dos pais de incentivar e não tolher os filhos, conforme apregoa Erhenberg (2010, p. 25): “o esporte é, de agora em diante, alguma coisa inerente ao desejo de ser sujeito e não objeto de qualquer coisa”.



Em seguida, o artigo admoesta: “se você é um pai ou uma mãe tem uma responsabilidade especial com a educação física dos seus filhos levarão para a vida. Negligenciar isso é um crime, pois uma criança só terá capacidade de descobrir o erro quando estiver passando para a idade adulta” (PARENTE, 2017, s.p.). A convocação para que os pais se identifiquem com esse discurso que apela a um estilo de vida ativa constitui uma estratégia de feições biopolíticas, pois o apelo à inocência das crianças, as quais desconhecem o valor da atividade física, como um modo de sensibilizar os pais para que estes incentivem os filhos a praticarem algum tipo de esporte, enxerta-se no interior de relações de saber-poder que priorizam a vida e a seguridade da saúde de todo o corpo populacional. Nas palavras de Foucault (2005, p. 294), a biopolítica se propõe a “levar em conta a vida, os processos biológicos do homem-espécie e de assegurar sobre eles não uma disciplina, mas uma regulamentação”.

Finalizando o artigo, deparamo-nos com os seguintes dizeres: “E se de alguma maneira o artigo o incomodou, não perca tempo procurando desculpas – não encubra a culpa” (PARENTE, 2017, s.p.). A posição que enuncia exorta o sujeito leitor, após as possíveis reações advindas da leitura do texto, a adotar a praticar atividade física e, com isso, encorajar os filhos a fazerem o mesmo. Continua enfatizando: “Pense em como pode dar exemplos de atitudes saudáveis a partir de hoje: coma melhor, faça exercícios e inclua as crianças nessa rotina. Se os filhos já cresceram, cuide dos netos, ensine o vizinho sobre o cuidado especial. A responsabilidade por uma sociedade mais saudável é de todos nós” (PARENTE, 2017, s.p.). O arremate final do texto, conforme se poder conferir, permite entrever uma posição de sujeito que anima o leitor, agora não apenas os pais, a tomar parte na missão de promover uma sociedade pautada pela vida ativa.

Por fim, podemos compreender que a análise aqui delineada permitiu-nos radiografar o funcionamento de discursos que concebem o sedentarismo infantil como um mal a ser combatido e a defesa inapelável da vida saudável enquanto um componente fundamental na constituição de uma sociedade fisicamente ativa. Tais discursos engendram-se a partir de ressonâncias oriundas do biopoder e das biopolíticas, dado que os dizeres estudados concebem o sedentarismo entre as crianças como um obstáculo para a consecução da saúde e do bem-estar e, frente à necessidade de assegurar a vida desse corpo populacional, convém reunir toda sorte de esforços para sanar a problemática do sedentarismo.

## Conclusão

Analizamos, neste texto, três materialidades discursivas que circularam na *web* sobre o sedentarismo infantil. Na primeira materialidade estudada, vimos que a preocupação central girava em torno da associação entre vício em tecnologias digitais, sedentarismo e desenvolvimento da obesidade infantil. Para isso, a posição de sujeito defendeu com veemência a prática da atividade física como uma possibilidade de evasão das telas dos aparelhos digitais, por meio de duas alternativas: o resgate de brincadeiras típicas da época dos pais, as quais propiciam o desenvolvimento de habilidades físicas, mas que são preteridas pelas crianças em face da sedução advinda dos aparelhos eletrônicos, bem como o incentivo à prática de esportes, considerando as peculiaridades do desenvolvimento corporal da criança. Observamos, nessa materialidade, a constituição de um saber sobre o corpo infantil a partir da referência ao campo das ciências da saúde, notadamente a educação física, que designa qual esporte adequado para cada fase de desenvolvimento infantil e os efeitos das brincadeiras “antigas” para a saúde dos pequenos.

A segunda materialidade, de maneira mais arguta, volta-se aos pais, com o intuito de adverti-los acerca dos perigos que contornam a inexistência de atividades físicas entre as crianças e de estimulá-los a respeito do incentivo à prática de esporte. A posição de sujeito da matéria publicada no *site A revista da mulher* cartografa o sedentarismo infantil tal como uma doença, ao apontar as causas, os fatores e as medidas profiláticas e, para isso, mobiliza saberes de estudos científicos, os quais funcionam como efeitos de verdade na constituição do dizer jornalístico.

Na terceira materialidade, o efeito de chamamento dos pais para tomarem uma atitude em relação à ausência de atividades esportivas por parte dos filhos recrudescer, dado que o texto, ao mesmo tempo que acusa os pais pelo sedentarismo dos filhos, solicita que aqueles modifiquem seu estilo de vida para, com isso, dar um “bom exemplo” e instigar que as crianças façam o mesmo. Nessa materialidade, foi possível examinar, de maneira mais visível, os desdobramentos das biopolíticas no controle dos corpos infantis a partir das relações de poder que os pais exercem sobre as crianças. Noutros termos, a lógica da vida ativa, tributária do regime biopolítico, é relacionada à responsabilidade da família entendida como um núcleo fundamental para a aplicabilidade desse ideal de saúde e bem-estar. Para isso, é crucial que os pais também estejam em sintonia com a moral da boa forma, pois esta é uma condição indispensável para que as crianças possam desenvolver um estilo de vida fisicamente ativo.

Transversalizando todas as materialidades discursivas estudadas, figuram-se ressonâncias biopolíticas que compreendem o sedentarismo infantil como uma patologia,

como um indício iminente de uma série de complicações, ou nos termos de Foucault (2006, p. 1), como “o espaço de origem e repartição da doença”. Diante dessa constatação, erige-se toda sorte de esforços para tornar concretos os ensinamentos biopolíticos, a partir de um controle e regulação do corpo infantil, o qual deve se afastar de uma condição inerte, atrelada especialmente ao uso exacerbado dos aparelhos digitais, e assumir uma posição que prioriza o movimento, a ação e o ritmo, pois, somente assim, é possível inserir-se na ordem do discurso da saúde e do bem-estar. Ressignificando um antigo ditado, diríamos: Criança parada é oficina do sedentarismo!

### Referências

AGÊNCIA BRASIL. **América Latina tem maior índice de sedentários: Brasil lidera**. 2018. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2018-09/america-latina-tem-maior-indice-de-sedentarios-brasil-lidera>. Acesso em: 06 jan. 2019.

ARTIÈRES, P. Dizer a atualidade: o trabalho diagnóstico de Michel Foucault. *In*: GROS, F. (Org.). **Foucault: a coragem da verdade**. Trad. Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2004, p. 15-37.

CALOMENI, T. O ronco surdo da batalha: poder disciplinar e biopolítica. *In*: RESENDE, H. (Org.). **Michel Foucault: o ronco surdo da batalha**. São Paulo: Intermeios, 2018. p. 215-239.

COSTA, D. P. Blogs terapêuticos e discursos biopolíticos. *In*: SOUSA, K. M.; PAIXÃO, H. P. P. **Dispositivos de poder/saber em Michel Foucault: biopolítica, corpo e subjetividade**. São Paulo: Intermeios, 2015. p.31-42.

CRARY, J. **24/7: capitalismo tardio e os fins do sono**. Trad. Joaquim Toledo Jr. São Paulo: Ubu Editora, 2013.

DIESPORTE. **A prática do esporte no Brasil**. Disponível em: <http://www.esporte.gov.br/diesporte/2.html>. Acesso em: 08 jan. 2019.

EHRENBERG, A. **O culto da performance: da aventura empreendedora à depressão nervosa**. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2010.

FERREIRA, M. S.; CASTIEL, L. D.; CARDOSO, M. H.C. A. 2017. Sedentarismo mata? Estudo de comentários de leitores de um jornal brasileiro *on-line*, **Saúde Soc.**, São Paulo, v. 26, n. 1, p.15- 28, 2017.

FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. *In*: RABINOW, P.; DREYFUS, H. **Foucault: uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Trad. Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231-250.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Trad. Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1999.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). Trad. Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FOUCAULT, M. **O nascimento da clínica**. Trad. Roberto Machado. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade I**: a vontade de saber. 13. ed. Trad. Maria Thereza Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. São Paulo: Graal Edições, 2007.

FOUCAULT, M. O que são as luzes? *In*: FOUCAULT, M. **Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento**. Trad. Elisa Monteiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008a. p. 335-351.

FOUCAULT, M. **Segurança, território e população**: curso dado no Collège de France (1977-1978). Trad. Eduardo Brandão. São Paulo, Martins Fontes, 2008b.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Trad. Luiz Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

FRAGA, A. B. Multiplicação sedentária: uma história do presente nos rastros de Foucault. *In*: RESENDE, H. (Org.). **Michel Foucault**: o ronco surdo da batalha. São Paulo: Intermeios, 2018. p. 13-23.

G1. **Um em cada 4 adultos é sedentário, diz Organização Mundial da Saúde**. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/noticia/um-em-cada-4-adultos-e-sedentario-ou-nao-pratica-suficiente-atividade-fisica-diz-oms.shtml>. Acesso em: 06 jan. 2019.

NESTLÉ. **Criança e sobrepeso**. Saiba o motivo das crianças estarem com sobrepeso 2017. Disponível em: <https://www.nestle.com.br/proposito/individuos-e-familias/historias/saiba-como-as-criancas-comem-e-os-motivos-do-sedentarismo>. Acesso em: 04 jan. 2019.

O GLOBO. ONU cria prêmio para combater sedentarismo no Brasil. 2016. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/saude/onu-cria-premio-para-combater-sedentarismo-no-brasil-19196882>. Acesso em: 08 jan. 2019.

PORTAL AGITA. **Quem somos**. 2018. Disponível em: <http://portalagita.org.br/pt/agita-sp/o-agita-sp/quem-somos.html>. Acesso em: 02 jan. 2019.

RESENDE, E. Entenda os riscos e saiba como evitar o sedentarismo infantil, **Revista da Mulher**, 2017. Disponível em: <http://arevistadamulher.com.br/familia/content/2391565-entenda-os-riscos-e-saiba-como-evitar-o-sedentarismo-infantil>. Acesso em: 27 dez. 2018.

### **Sobre o autor**

*Francisco Vieira da Silva* (Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0003-4922-8826>)

Doutor em Linguística pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB); mestre em Letras pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN); especialista em Ciências da Linguagem aplicadas à Educação a Distância pela UFPB; graduado em Letras pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). É professor da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), Campus de Caraúbas; do Programa de Pós-Graduação em Letras da UERN; e do Programa de Pós-Graduação em Ensino da associação entre a UERN, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN) e a UFERSA.

Recebido em junho de 2020.

Aprovado em agosto de 2020.